

SÉRIE ANTROPOLOGIA

143

RUMORES: UMA NARRATIVA DA NAÇÃO
Wilson Trajano Filho

Brasília
1993

RUMORES: UMA NARRATIVA DA NAÇÃO

Wilson Trajano Filho

A sociedade não é algo fixo e ahistórico; ao contrário, está sempre em construção, em um eterno devir. Essa afirmação, que hoje pode soar como uma trivialidade, é um dos poucos pontos de consenso entre os antropólogos contemporâneos, que propõem como uma das tarefas da disciplina a compreensão e análise dos processos concretos de constituição e reconstituição da sociedade. De modo a realizá-la, eles têm dirigido a atenção para a análise de coisas tais como jogos, dramas, textos, estórias, procissões, desfiles, mitos e rituais; em suma, para formas culturalmente instituídas de narrativas e performances. Essas formas culturais se mostram como um campo fértil de onde o antropólogo pode colher discursos e mensagens sobre a constituição do mundo social: como os membros de uma sociedade pensam as interações sociais entre eles mesmos e entre membros e não membros, como a própria sociedade é percebida e como a relação entre sociedades é avaliada. Elas são, portanto, objetos privilegiados para a análise da construção de identidades sociais, sejam estas de nível local ou nacional.

Neste artigo proponho desvendar como uma forma narrativo-performática muito comum nos aglomerados urbanos da Guiné-Bissau atua na construção de uma identidade social específica. A forma narrativa a que me refiro é um sistema de comunicação oral que chamarei de sistema de rumores, e que se resume a estórias de conteúdo variado cujo caráter se aproxima do boato e da intriga, e cujo alcance oscila entre um grupo restrito de pessoas até a totalidade do campo social de Bissau. São estorietas transmitidas em interações face a face que circulam nos meios urbanos da Guiné sobre o comportamento de dirigentes do Estado, sobre manobras e atitudes de empresários, relações erótico-afetivas de determinadas pessoas, estórias sobre violência, doenças e infortúnios. A identidade social que tenho em mente é a identidade a nível da nação, pois esses rumores tematizam o que é pertencer à sociedade crioula em sua pretensão de ser nacional. Eles dão expressão aos conflitos e ambigüidades básicos dessa sociedade, comunicando e inculcando de modo muito eficiente e peculiar os valores e as representações fundamentais de uma cultura que é caracteristicamente sincrética, desenvolvida nos centros urbanos da Guiné-Bissau.

NAÇÃO, NACIONALISMO E ESTADO

A capacidade analítica dos cientistas sociais tem enfrentado um grave desafio quando se põe perante os conceitos "nação", "nacionalismo" e "nacionalidade". Desafiando cientistas políticos, sociólogos e historiadores por causa de sua enorme complexidade, só muito recentemente esses conceitos passaram a ser objeto da atenção dos antropólogos, e estes não têm se saído muito melhor do que seus colegas das outras ciências sociais em formular um corpo teórico plenamente satisfatório para se compreender a nação e seus conceitos derivados¹.

¹ - Desde Mauss, 1972, e Weber, 1978, tem havido um enorme esforço para a elaboração de uma teoria da nação e do nacionalismo. Já são clássicos os estudos de Kohn, 1944; Deutsch, 1953;

Parte substancial da dificuldade que o conceito "nação" apresenta para os cientistas sociais vincula-se a uma tensão que atua no interior do próprio conceito, resultado de sua trajetória histórica. Etimologicamente, o termo "nação" é proveniente do Latim natio, vocábulo que tem a mesma origem de natus, particípio do verbo nascor (nascer). Em seu sentido original, nação se referia a um grupo de pessoas unidas em virtude de sua similaridade de nascimento. Neste sentido, tratava-se de uma categoria descritiva que associava pessoas à cultura, a grupos de descendência e ao território².

Um longo processo associado à formação estatal na Europa (cf. Elias, 1972) vai causar profundas alterações no sentido original do termo "nação" entre os séculos XVIII e XIX. De categoria descritiva, cobrindo aproximadamente o mesmo campo semântico que a categoria "povo", o termo foi politizado, passando a ser um elemento central de uma frente ideológica -- os nacionalismos. E como uma categoria ideológica e política, o termo "nação" parece ter um duplo sentido: é a unidade natural da história e uma meta ou ideal político historicamente específico³. Tomar a nação como unidade natural da história é recuperar parte do sentido original da natio, que etimologicamente gravita no mesmo campo semântico de natura (natureza). Esse caráter natural é o que justifica e confere autoridade ao segundo sentido do termo como meta ou ideal político. Assim politizada, a nação já não se define somente pela cultura comum. Requer a introdução de uma vontade por autonomia, auto-realização, autodeterminação e participação. E o orientador e balizador dessa vontade, a metade que vai completar a nação como meta política, tem sido historicamente o Estado. Os nacionalismos transformaram a nação em estado-nação⁴. Por fim, a nação, especialmente a modalidade histórica do estado-nação, é também um conceito elaborado pelas ciências sociais. Como um termo de teoria, pretende dar inteligibilidade aos diversos processos empíricos de construção nacional. A grande fonte de dados sobre a qual o conceito é erijido tem sido a experiência histórica das sociedades ocidentais.

Não cabe aqui uma resenha da imensa literatura que lida com o conceito, senão o esboço sucinto dos principais pilares do edifício teórico que tematiza a nação. Os primeiros esforços para a construção de uma teoria da nação se dirigiram para a delimitação dos atributos que a definem: língua, cultura, território, religião, escala etc.. A lista é grande,

Kedourie, 1960; e Bendix, 1977. Estimulantes são também as análises de Smith, 1979, 1983; Connor, 1972; Elias, 1972; Poulantzas, 1981; Anderson, 1983 e Amim, 1986. Abordagens de inspiração antropológica se encontram em Geertz, 1963, 1973; Grillo, 1980; Gellner, 1983; e Dumont, 1985. Williams, 1989; e Foster, 1991, fazem um balanço da recente literatura antropológica sobre o tema.

² - Shafer, 1955, pp. 4 e 242; Smith, 1979, p. 167.

³ - Esta distinção é feita por Smith, 1979, pp. 167-69. No entanto, para esse autor o primeiro sentido está ligado ao que estou chamando de sentido original ou categoria descritiva enquanto o segundo sentido se liga à politização do conceito no seio dos movimentos nacionalistas que inicialmente emergiram na Europa desde o final do século XVIII. Essa mesma distinção já podia ser encontrada de forma embrionária em Kedourie, 1960.

⁴ -Smith, 1979, p.169. Elias, 1972, argumenta que o processo de construção nacional é uma fase adiantada do processo maior de formação estatal. Nota-se aqui uma relação de subordinação entre os dois termos do par estado-nação, subordinação que espero desfazer, revelando a sua natureza etnocêntrica.

mas não há qualquer consenso sobre quais seriam os atributos efetivamente definidores do conceito. De fato, no começo deste século, Weber (1978, II:922) já observava que o conceito "nação" não pode ser compreendido através dos atributos e das qualidades empíricas comuns a seus membros.

Uma outra linha de abordagem toma o nacionalismo enquanto uma doutrina e um movimento como o constituidor por excelência da nação. Os estudos mais sofisticados nesta linha mostram como a ideologia do nacionalismo tornou possível a emergência do estado-nação, uma forma de organização social, política, econômica e cultural que começou a tomar forma na Europa do fim do século XVIII, no decorrer de um complexo processo que envolveu a modernização e industrialização, com a conseqüente transformação da estrutura de diferenciação social e da divisão social do trabalho; o desenvolvimento de uma unidade econômica através da constituição de um mercado interno e da criação de uma moeda nacional; o desenvolvimento de um eficiente sistema de comunicação de massa que tornou possível a implantação do sistema de educação nacional⁵; e uma racionalização da estrutura de poder e autoridade que possibilitou a emergência de um novo modo de pertencer à totalidade nacional como cidadão⁶.

A tensão interna ao conceito "nação" se deve ao fato de ele, como um conceito teórico, incorporar parte do sentido e das evocações que caracterizam a nação enquanto categoria descritiva e como construção política e ideológica. Deste modo, aquilo que é historicamente constituído e, portanto, particular -- a nação como uma construção política e ideológica -- adquire uma natureza universal -- a nação como categoria teórica e analítica. Uma força opera na universalização da nação. A assimétrica relação entre as sociedades da Europa Ocidental e as dos outros continentes, com exceção da América do Norte, gerou processos de subordinação política, econômica, cultural e moral que tomaram as formas históricas do colonialismo e do imperialismo. É esse sistema de dominação totalizante que permitiu e mesmo exigiu uma expansão da forma de organização social, política, econômica, cultural e moral característica do estado-nação europeu para as sociedades subordinadas de boa parcela do planeta, transformando-a em modelo a ser buscado⁷.

Em todo o mundo os nacionalismos variam em suas táticas e retóricas, mas em sua estrutura básica eles mantêm entre si uma desconcertante semelhança que se vincula ao modelo de estado-nação originalmente desenvolvido na Europa. Mesmo quando os projetos nacionalistas esboçam um caminho que poderia ser tomado como original, sua realização concreta mostra o quanto o modelo europeu é o seu fundamento. O caso da Guiné-Bissau é

⁵ - Deutsch, 1953, coloca grande ênfase no desenvolvimento do sistema de comunicação para se compreender a emergência dos nacionalismos. A partir de outra perspectiva, Anderson, 1983, aponta que o *print capitalism* foi fundamental para o surgimento das comunidades imaginadas que são as nações. Smith, 1983, e Gellner, 1983, dão grande importância ao papel da *intelligentsia* na formulação das ideologias nacionalistas.

⁶ - Ver Marshall, 1977, e Bendix, 1977, para a análise da cidadania na nova formação social que é o estado-nação.

⁷ - Amim, 1986, desenvolve esse argumento e mostra que o poder e a abrangência da ideologia do estado-nação são derivados da expansão do capitalismo. Lopes, 1987, p. 105 inspirado em Amim, é ainda mais explícito. Badie e Birbaum também não têm dúvidas para afirmar que "em África e Ásia o estado é uma importação, uma mera duplicata dos diferentes sistemas políticos e sociais europeus" (1979:181).

paradigmático. Enquanto um movimento de libertação nacional, o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) atraiu a atenção de cientistas sociais e de gente da esquerda de toda a Europa porque aparentava esboçar um caminho novo para a questão da nacionalidade. No entanto, como o partido que assumiu o poder no Estado independente, suas ações revelaram uma impressionante semelhança com o modelo clássico: a modernização e a industrialização foram o grande esforço e o grande fracasso do regime de Luis Cabral⁸.

Isto me leva às próprias ciências sociais, que, no bojo dos sistemas de dominação, contribuem para a universalização do conceito. O conhecimento produzido em seu âmbito colabora para a expansão do modelo europeu do estado-nação. Esse modelo de organização das sociedades passou a ser expresso pelas ciências sociais em um idioma mais universal, ou passível de se passar como tal, e aparentemente despojado de valores. Isto faz com que o discurso das ciências sociais sobre a nacionalidade passe a ser um mediador quase obrigatório entre as ideologias nacionalistas européias e a intelligentsia proveniente dos jovens estados-nações, especialmente quando se leva em conta que algumas abordagens sobre o tema tomam o nacionalismo como o construtor do estado-nação. A necessidade dessa mediação é tanto maior quanto menos vívidas estiverem as ideologias em seus centros originais, só podendo ser resgatadas e revividas pelo conhecimento histórico ou sociológico. Finalmente, essa nova intelligentsia que as ciências sociais põem em relação com as velhas ideologias desempenhará potencialmente um papel importante na formulação de projetos para a nação em seus países de origem. Essa mediação é transformadora, pois o discurso das ciências sociais acaba por fornecer uma lógica, um quadro de referência mental para os "novos nacionalismos" ou para a reprodução dos nacionalismos originais. Isto não significa que a produção teórica acerca do tema seja acatada e aceita passivamente pelos sociólogos, historiadores, cientistas políticos e planejadores das jovens nações. Na realidade, muitas vezes ela não o é; destes intelectuais provêm algumas das mais severas e contundentes críticas ao corpo de conhecimento sobre a nacionalidade e sobre o nacionalismo produzido pelas ciências sociais na Europa e América. Contudo, mesmo o debate e a crítica ácida implicam em um idioma mutuamente conhecido, um quadro de referência e uma gramática comuns à tradição das ciências sociais e aos intelectuais dos novos países⁹.

O processo de universalização daquilo que é particular tem se mostrado etnocêntrico na maioria dos estudos empíricos sobre a nacionalidade. Os processos concretos e históricos de construção nacional nos países do terceiro mundo não reduplicam nem o modelo europeu nem as versões idealizadas dos diversos nacionalismos locais. No entanto, suas trajetórias têm sido analisadas segundo o modelo analítico adotado para o

⁸ - Isto não aconteceu somente na Guiné-Bissau. Staniland, 1986, p. 57 afirma que a modernização, termo genérico que inclui urbanização e industrialização, tem sido a prioridade comum aos nacionalistas africanos quando alcançam o poder.

⁹ - Os estudos de Lopes, 1982, 1987, exemplificam meu argumento. Sociólogo guineense com formação em Genebra e em Paris, Lopes desenvolve suas análises através de um debate e de um diálogo crítico com Almond e Powell, Ziegler, Poulantzas, Amim e outros teóricos da construção estatal e da ideologia do estado-nação. Seus estudos sobre a construção estatal e a formação da nação estão se tornando elementos de peso em um projeto coletivo para o estado-nação na Guiné-Bissau. Esse projeto compartilha uma gramática e um quadro de referência comuns com as dos autores com que Lopes dialoga e, muitas vezes, asperamente critica.

exame da construção nacional e dos nacionalismos europeus. As ciências sociais parecem então não vislumbrar a possibilidade de outras formas de manifestação da nacionalidade e, por isto, universalizam o conceito "nação"¹⁰. Assim, os estudos sobre o tema nos países africanos ficam marcados por conclusões que apontam para o modo incompleto, para a parcialidade, ausência, dificuldade e, os mais etnocêntricos, para a inviabilidade do processo de construção nacional em África.

Durante o período colonial, ideólogos-intelectuais portugueses, talvez em face do início dos movimentos de libertação na Guiné, Angola e Moçambique, elaboraram interpretações sobre aquelas sociedades coloniais cujas conclusões afirmavam a inviabilidade de qualquer processo original de construção estatal ou mesmo da idéia de nação, já que nem as sociedades tradicionais nem as elites urbanas africanas estavam preparadas mentalmente para conceber e operar um Estado moderno¹¹. Deixando os autores mais ferrenhamente etnocêntricos e mais diretamente ligados ao sistema de dominação, observa-se que uma imensa literatura sobre a África pós-colonial assume implicitamente que o processo de construção nacional enfrenta e enfrentará dificuldades e obstáculos enormes devidos a forças integrativas mais restritivas do que a nação, como a religião, a língua e, a mais debatida de todas, a etnicidade¹². Além de uma suposta inviabilidade e de dificuldades, outros estudos pretendem mostrar uma ausência, parcialidade ou uma natureza incompleta do processo de construção nacional em África. Assim, Bayard afirma: "o conceito de sociedade civil parece o mais adequado para explicar -- **por sua ausência** -- a existência continuada da autocracia africana" (1986:119, grifo meu). Mas não é só a sociedade civil ausente que torna o processo de construção nacional em África algo parcial. Jackson e Rosberg (1985) argumentam que a maioria dos novos estados africanos derivam sua condição de estado mais pelo reconhecimento internacional por outros estados do que por atributos empíricos. São estados marginais, **com pouca legitimidade** interna e com **limitados e não confiáveis** meios organizacionais, aos quais **não se aplica** a clássica definição weberiana, pois eles **não possuem** o monopólio efetivo do uso da força sobre o território e a população. São, portanto, uma realidade jurídica do direito internacional, mas são empiricamente incompletos ou parciais.

Mesmo correndo o risco de me exceder com mais exemplos, quero mencionar ainda dois autores que têm estudado o caso da Guiné-Bissau. A trajetória do PAIGC, de movimento de libertação ao partido/estado que ainda hoje detém o poder na Guiné-Bissau¹³, é analisada por Lopes (1987), um sociólogo guineense com grande poder

¹⁰ - Dumont, 1977, p. 10, nota que nação tem sido implicitamente tomada como óbvia e universal. Para ultrapassar esse viés, é necessário trabalhar rumo a uma definição comparativa de nação, o que faz em seu artigo de 1980.

¹¹ - Esta é, por exemplo, a perspectiva desenvolvida por Belchior, 1966. Esse autor tornou-se um ideólogo de um colonialismo mais brando na aparência, e acabou por influenciar a política de Spínola, então governador e comandante militar da Guiné, conhecida como "Uma Guiné Melhor".

¹² - Basta lembrar aqui o livro editado por Cohen e Middleton, 1970, "From Tribe to Nation in Africa". Os autores desse livro lidam com a questão de como a etnicidade é ou pode ser um fator impeditivo ou restritivo à incorporação social que conduziria à nação.

¹³ - Durante minha última visita à Guiné-Bissau, em 1992, o PAIGC ainda detinha o poder do estado, mas o sistema de partido único já estava em franco desaparecimento, havendo 5 partidos legalizados e outros em vias de organização/legalização para concorrer às primeiras eleições

analítico. Ao tomar o processo real de construção estatal, Lopes conclui que houve um desvio ou mesmo uma traição aos princípios socialistas do movimento de libertação. Esse desvio foi resultado da **falta** de preparação do PAIGC para assumir o poder (1987: 94, 109, 115), da **falta** de formação ideológica sólida no seio do partido e das elites urbanas (:147, 158, passim), da **fraqueza** das instituições (:160) e de faltas e fraquezas outras. Rosemary Galli é outra autora que procura desvendar as relações entre o estado e a sociedade na Guiné-Bissau. Mas diferentemente de Lopes, adota a perspectiva da economia política. Ao analisar o Programa de Ajustamento Estrutural, patrocinado pelo FMI e Banco Mundial, Galli (1990) nota que o mercado interno foi destruído pelo sistema colonial, que incentivava uma agricultura de exportação. O Estado independente pouco realizou para desenvolvê-lo. Ao contrário, expandiu a burocracia e contribuiu para perpetuar o estilo de vida das classes urbanas. Sem tocar diretamente na questão da construção nacional, Galli observa que a relação estado-sociedade na Guiné está marcada pela **inexistência** de um mercado interno e pela **não integração** dos camponeses, o que inviabiliza ou dificulta, segundo o modelo clássico, a construção da nação.

Não está em questão aqui se as características empíricas das sociedades africanas reveladas pelos autores acima correspondem ou não à realidade do continente. Relações históricas de dominação econômica, política e cultural têm, de fato, colocado enormes obstáculos para a autodeterminação, auto realização e autonomia dessas sociedades: o tráfico atlântico de escravos que retirou do continente entre 12 e 20 milhões de indivíduos¹⁴ e o sistema de dominação colonial atestam isto veementemente. O que me interessa é mostrar que essa suposta ausência, a natureza incompleta e a parcialidade não são atributos substantivos. São, antes, características relacionais. Elas só se afirmam quando instituições sociais concretas são postas defronte a um modelo teórico-conceitual ou a outras instituições. No caso em questão, os estados-nações africanos são incompletos e parciais quando relacionados ao modelo do estado nacional elaborado pelas ciências sociais. E esse modelo foi construído para dar inteligibilidade a um modo de organização do poder, do mercado e das formas culturais de sociabilidade que emergiram sob a forma de estado nacional na Europa.

A relação entre a análise etnográfica ou histórica e a teoria social muitas vezes tem lugar através de um contrabando conceitual no qual conceitos formulados pelo senso comum de uma cultura são contrabandeados para o espaço teórico sem que sejam despojados de suas especificidades. O contrabando que caracteriza a passagem que tornou o estado nacional, de uma experiência histórica determinada, em um conceito teórico é um obstáculo à compreensão do processo de construção das pertencas sociais em África, pois obscurece o olhar para aquilo que não está presente nem no modelo teórico nem na experiência histórica européia. Especificamente, argumento que tomar a questão da nacionalidade em África através da ênfase na análise do estado nacional é um procedimento que acrescenta pouco e esclarece menos ainda: não porque o estado africano é incompleto, mas porque as formas de institucionalização da autoridade não se reduzem ao modelo europeu do estado nacional. De fato, uma das questões prementes para os países africanos é a construção da nacionalidade. Porém essa não é uma questão apenas para o estado, não envolve somente a forma de institucionalização da autoridade que ele

legislativas e presidencial num contexto multipartidário.

¹⁴ - Ver Hair, 1978.

representa, e não é realizada somente pelas ideologias nacionalistas. Isto é, de certo modo, uma trivialidade. A literatura sobre o estado-nação é rica de exemplos históricos de processos de construção nacional bastante adiantados anteriores aos processos de formação estatal, e sem ou com pouca intervenção de ideologias nacionalistas¹⁵.

Proponho que se tome a questão da nacionalidade pela via da identidade social, e essa se refere ao modo pelo qual pessoas e grupos pertencem a uma totalidade construída enquanto representação. Penso ser esta uma perspectiva mais adequada, pois permite uma ampliação do campo analítico para além das análises do estado e das doutrinas nacionalistas, passando a privilegiar também outras formas de institucionalização da autoridade e outros tipos de discursos sociais. Deste modo, mais do que uma forma de organização política e social e mais do que uma doutrina explícita e consciente, a nação é um somatório de projetos para a totalidade que variam entre o inconsciente e o consciente, o implícito e o explícito, e entre o difuso e o exato. É uma representação compartilhada sobre a totalidade social que tem grande autoridade, autenticidade e atualidade, embora não seja derivada de uma realidade imediata baseada no conjunto empírico das relações sociais. Para usar uma imagem poderosa e feliz, cunhada por Anderson (1983), a nação é uma comunidade imaginada, embora os processos que historicamente são postos em ação para imaginá-la não sejam sempre os mesmos apontados por esse autor.

A SOCIEDADE CRIOLA DA GUINÉ-BISSAU

Na Guiné-Bissau, um grupo social específico tem historicamente posto em andamento processos para imaginar a comunidade que é a nação. Este grupo é o que chamo de sociedade crioula.

Pequeno enclave de 36.000 quilômetros quadrados na costa ocidental da África francófona, a Guiné-Bissau foi uma colônia portuguesa até 1973. Habitada por cerca de um milhão de pessoas, a Guiné-Bissau é hoje o que restou da região de influência portuguesa conhecida como os "rios de Guiné do Cabo Verde" que ia, no século XVI, da foz do rio Senegal até a Serra Leoa. Na acertada expressão de Pelissier, "a Guiné é um funil de poeiras étnicas que não tem massas" (1989, I:31). Diferentemente de outras regiões africanas, cujas divisões étnicas contêm centenas de milhares de membros, a população guineense está dividida em mais de 25 grupos étnicos, sendo que alguns mal ultrapassam a casa de um milhar de pessoas. Apenas os dois maiores grupos étnicos, Balantas e Fulas, contam com mais de cem mil membros¹⁶. Deste total de 25 grupos, poucos são os que ocupam exclusivamente o território do país: Papel, Beafada, Bijagós e Balanta.

A sociedade crioula surgiu do encontro histórico entre as sociedades tradicionais da costa africana com os "lançados" e "tangomaos"¹⁷ de origem portuguesa e caboverdiana.

¹⁵ -Mais uma vez vale a pena afirmar que por nacionalismo entendo especificamente os aspectos de doutrina e de movimento, e não os de sentimentos, lealdades e atitudes de um grupo. Ver a distinção entre nacionalismo e sentimento nacional feita por Smith, 1983, pp. 168-69.

¹⁶ - Os nomes dos grupos étnicos da Guiné-Bissau têm sido grafados de várias maneiras. Utilizo aqui a grafia usada pelo Recenseamento de 1979 quando se tratar de uma etnia que vive hoje no território nacional. Quando se tratar de um grupo que não vive no território atual da Guiné, utilizo o etnônimo tal como é mencionado pela fonte citada.

¹⁷ - Nomes dados a partir do século XVI aos portugueses e caboverdianos que se lançavam nos

O espaço social em que foi criada era o das fortificações, feitorias, presídios e praças construídas nas margens dos rios da Guiné¹⁸. A motivação que resultou na fundação das praças era essencialmente mercantil. Em um primeiro momento, o tráfico de escravos e o comércio marítimo regional da noz de cola, panos, couros e tintas foram as atividades econômicas fundamentais. Mais tarde, o tráfico atlântico de escravos passou a ser o principal modo de inserção na economia mercantilista que ligava África, Europa e as sociedades escravocratas da América. A proibição inglesa do tráfico atlântico foi concomitante com o crescimento do comércio dos produtos tropicais de exportação: a partir de meados do século XIX com o amendoim, e mais tarde com a borracha e a amêndoa da palmeira.

A sociedade crioula nunca se envolveu em qualquer atividade produtiva, sendo sua reprodução social realizada em torno do exercício do seu papel de intermediários no comércio entre europeus e africanos. Entre os séculos XVII e XIX, a população das praças e feitorias era composta por alguns poucos comerciantes europeus, a guarnição militar, a administração colonial e um pequeno núcleo de negros e mestiços educados, os luso-guineenses. Agregado mas separado das praças, havia também o aglomerado de africanos mais ou menos cristianizados que serviam como ajudantes e auxiliares dos primeiros¹⁹. Até o fim do século passado, a soberania da sociedade crioula sobre o próprio espaço físico que ocupava era uma ficção. Toda praça pagava daxas (tributos e presentes) aos chefes tradicionais das etnias da região para ocupar o território.

Como intermediários entre duas vertentes societárias, o núcleo crioulo dos comerciantes luso-guineenses precisou criar relações orgânicas com as sociedades tradicionais e com os europeus, pois nem os laços puramente mercantis nem os tributos e presentes pagos aos chefes tradicionais eram suficientes para garantir o mínimo de estabilidade necessário para sua reprodução. Práticas exogâmicas de casamento e o recorrente recurso à adoção de crianças africanas foram os principais mecanismos para a criação e manutenção de uma articulação com as sociedades tradicionais, de modo a tornar possível a própria reprodução da sociedade crioula. Assim, com o tempo, esse núcleo crioulo foi se ampliando com a incorporação dos parentes dos africanos que através do casamento e da adoção chegavam às praças, formando um grupo de clientes e dependentes. Esse é o grupo dos ajudantes e auxiliares que vivia nas povoações contíguas às praças.

Formada dessa maneira, a sociedade crioula se estruturou sob a forma de círculos concêntricos. No núcleo, está a elite educada, lusitanizada e mais ortodoxamente cristã. Esse é o grupo que mais se articula e se aproxima da vertente europeia, também presente nas praças. Nas bordas, estão os recém-chegados ao mundo crioulo, ainda vivendo segundo as tradições locais, mas prontos para adotar práticas e hábitos considerados cristãos ou

rios da Guiné para comerciar com os habitantes locais e que acabavam por se africanizar. Ver Carreira, 1972, e Nolasco da Silva, 1970.

¹⁸ - Praça foi o termo usado para designar os principais aglomerados populacionais dos comerciantes europeus, caboverdianos e luso-guineenses, que mais tarde se tornaram pequenos núcleos urbanos. Ainda hoje é utilizado em oposição a tabanca, termo crioulo que designa as vilas tradicionais. Em Bissau, praça também se refere ao centro urbanizado da cidade, local de residência da elite crioula. Neste sentido, se opõe a bairro, local de residência dos mais pobres, dos recém-chegados ao mundo crioulo.

¹⁹ - Sobre os grupos sociais da Guiné colonial, ver Carreira, 1984.

européus. São eles que mais se articulam com a vertente étnica africana, dona do território. Tal estrutura revela que a sociedade crioula é uma sociedade cuja reprodução social se dá através de práticas incorporadoras.

No seu todo, a sociedade crioula é sincrética. Seus membros falam o crioulo, uma língua que resultou do compromisso lingüístico entre as sociedades que a formaram. As práticas religiosas, o modo de organização familiar e a estrutura de valores ali desenvolvidas também revelam seu caráter sincrético. Mas trata-se de um sincretismo pendular, pois o contexto histórico o matiza, ora reduzindo-o à vertente européia, ora à vertente africana tradicional.

Sua posição estrutural e dinâmica pendular, que controlam inclusive a incorporação de novos membros, estão na raiz do dilema básico dessa sociedade, que tem a ver com a construção de uma identidade social. Em cada etapa de sua reprodução social, a sociedade crioula defronta-se com o dilema de ser liminar e intermediária. Responder a esse dilema, em geral, conduz mais à sua intensificação do que à sua solução, pois as respostas podem pôr em risco a própria sociedade crioula e seu modo de reprodução, seja por uma completa africanização, seja pela lusitanização. Obviamente, o dilema, a dinâmica pendular e a própria sociedade crioula tomam essa forma graças à conjugação histórica de forças e de poder que prevaleceu por mais de três séculos entre um Portugal decadente e um "funil de poeiras étnicas que não tem massas" e nem meios de criar uma articulação supra-étnica.

Essas características fazem com que a sociedade crioula seja obsecada pelo tema da identidade. Nela são constantes os projetos coletivamente formulados sobre si mesma. No entanto, nem sempre esses projetos foram os de uma identidade nacional. É possível detectar historicamente um projeto europeizante para a sociedade crioula nos escritos e nas ações de Honório Pereira Barreto, um negro guineense que foi governador de Bissau e Cacheu em meados do século passado²⁰. No início deste século, a "Liga Guineense" elaborou de modo inconsciente um projeto proto-nacionalista, que cerca de 40 anos mais tarde se desdobrou na primeira doutrina nacionalista para a Guiné, doutrina que aliada a um movimento político-militar obteve êxito com a independência política do país em 1973.

Esses projetos foram, porém, elaborações bastante restritas, pelo menos no momento inicial de sua formulação. Europeizantes ou nacionalistas, todos eles surgiram no núcleo da elite crioula e, com a exceção da doutrina nacionalista do PAIGC quando ainda era um movimento guerrilheiro, raramente iam além dela. Honório Barreto havia estudado em Lisboa, os membros fundadores da "Liga Guineense" eram africanos e caboverdianos educados²¹, assim como os fundadores do PAIGC.

A biografia do líder maior do movimento de libertação que conduziu à independência do país mostra que ele era um homem que transitava entre dois mundos e muitas culturas: um autêntico crioulo. Amílcar Cabral nasceu na Guiné, mas era filho de pais caboverdianos, sendo seu pai membro de uma família tradicional de Cabo Verde e tendo uma atividade que o ligava organicamente ao mundo da cultura européia: era professor. Cabral foi socializado em Cabo Verde e recebeu sua educação formal naquele arquipélago e em Portugal²². A origem social de Cabral não era um caso especial entre os

²⁰ - Barreto, 1947.

²¹ - Ver Cunningham, 1980.

²² - A melhor biografia de Amílcar Cabral de que tenho conhecimento é a de Chabal, 1983.

nacionalistas do período pré independência. A grande maioria era mestiça e de ascendência caboverdiana. Uns poucos eram de origem guineense, mas tinham em comum com os primeiros o fato de serem intermediários culturais, isto é, pessoas familiarizadas com os valores básicos da cultura européia, inclusive com o ideal de autodeterminação, autonomia e auto-realização que o estado-nação representava.

Existe, porém, um projeto para a nação que não se encontra formulado explicitamente em nenhuma doutrina, movimento ou ideologia. É um projeto difuso, extremamente sintético e carregado de simbolismo que é veiculado por uma forma narrativa muito singela, mas muito poderosa e de grande alcance social: o sistema de rumores. Diferente dos outros projetos, as mensagens transmitidas nas pílulas narrativas que são os rumores não têm como fonte apenas a elite, mas a sociedade crioula como um todo. Por outro lado, como nos outros projetos, a identidade que é formulada e, ao mesmo tempo, construída pelos rumores é um projeto crioulo para a sociedade crioula em sua pretensão de ser nacional. Neste sentido, o exame dos rumores nada diz sobre projetos de identidade social não crioulos, se é que existem, a nível da nação ou a outro nível qualquer.

OS RUMORES

O sistema de rumores que circulam por toda a capital da Guiné-Bissau é uma fonte rica em elementos para a análise da questão da nacionalidade. Apresento a seguir alguns rumores que tocam em um ponto fundamental de todo projeto de construção da nação.

Um dia, visitando um conhecido que mora no bairro de Belém, tomei conhecimento por um grupo de crianças que conversavam ao pé da casa de meu amigo sobre a existência dos sapa kabesa (cortadores/caçadores de cabeça)²³. Elas falavam desses cortadores de cabeça de um modo tal que ficava transparente ser o medo e o perigo o tema geral da conversa. Poucos dias depois, o assunto foi retomado quando conversava com outro conhecido que morava em Mindará (bairro contíguo a Belém). Estávamos falando sobre os africanos de outros países que têm migrado ultimamente para a Guiné-Bissau. Meu conhecido responsabilizava esses estrangeiros pelos crescentes casos de assaltos e roubos na cidade. Seu alvo preferencial era os ganenses.

Foi neste contexto que ele mencionou os sapa kabesa. Segundo ele, era gente que matava e cortava a cabeça de suas vítimas, levando-as para o Senegal onde eram vendidas por um elevado preço e usadas em ocasiões cerimoniais. Ele ouvira referência a esses casos mais de uma vez, mas não se lembrava quem eram as pessoas que tiveram as cabeças cortadas. Na realidade, isto tinha pouca importância. O que o movia a contar esses casos eram a indignação e o pavor que sentia frente a tal prática.

A crise econômica por que passa o país tem elevado o contingente de desempregados que todos os dias chega à capital. A falta de empregos, os baixos salários e as constantes crises de abastecimento têm aumentado o número de roubos a residências e possibilitado o surgimento de um ou outro caso de assalto a mão armada. Essas ocorrências tornaram-se temas privilegiados das conversas casuais. Um dia, falando sobre isto com uma pessoa que pertence à elite local, fiquei sabendo que uma criança fôra encontrada

²³ - Os termos crioulos estão grafados aqui segundo o projeto de ortografia e separação de sílabas da língua crioula formulado pelo Ministério de Educação Nacional da Guiné-Bissau.

aprisionada em um contentor quando estavam prestes a embarcar em um navio. No mesmo dia ouvi essa estória outras vezes, sinal que já havia se difundido pela cidade. Como no caso dos rumores sobre os sapa kabesa, esse também gerava um forte sentimento de indignação e de temor que se manifestava em uma apreensão coletiva.

Pouco tempo depois de tê-los ouvido, fiquei sabendo que uma outra criança, deixada pelo pai aos cuidados de um amigo ganense, provocou um incidente que resultou na prisão deste último. Ao ser levado para a casa do ganense e ao ouvi-lo conversar com um compatriota seu em um idioma que não compreendia, o menino entrou em pânico, pensando que se tratava dos temíveis sapa kabesa. Fugiu e o denunciou à polícia. O ganense ficou um dia na cadeia até que o mal-entendido fosse desfeito.

O enredo dos rumores é muito simples. Descreve uma ação que se manifesta sobre alguém: ora sobre uma criança, ora sobre um indivíduo anônimo; ora alguém é aprisionado, ora é decapitado. Os recipientes da ação são mencionados nos rumores de um modo tal que aparentemente não é possível referi-los a nenhum grupo social. No entanto, implicitamente, eles se localizam no mesmo espaço social em que estão as pessoas que transmitem os rumores. As ações em si mesmas não oferecem nenhum indício para se saber quem corta cabeças e quem aprisiona crianças. É o destino dos recipientes das ações que vai oferecer a pista para se descobrir quem aprisiona e quem é aprisionado, quem corta cabeças e quem é decapitado.

A narração direta e sintética dos rumores contrasta com a elaboração das performances através das quais são transmitidos, com o valor das mensagens que neles circulam e com seu alcance social. Será observado mais adiante que a autenticidade e autoridade das mensagens veiculadas pelos rumores estão relacionadas com sua natureza performática, pois a transmissão de um rumor se dá através de uma série de interações sociais onde um evento, mais do que narrado, é representado e dramatizado. Singelos em termos narrativos, os rumores são carregados de significação porque lançam mão de símbolos poderosíssimos, motivados historicamente e altamente condensados para articular suas mensagens e para dar a pensar. Por isto, são endêmicos nos núcleos urbanos da Guiné-Bissau, sendo o envolvimento em sua transmissão ou o mero conhecimento da existência dos rumores mais importantes uma das formas mais significativas de participação na sociedade. Desconhecê-los ou não tematizá-los é um modo de se ausentar, de dizer não sou guineense.

SAPA KABESA, CANIBALISMO E SACRIFÍCIO HUMANO

A cabeça cortada e seu consumo ritual fazem parte de alguns temas culturais importantes para a sociedade crioula, como o canibalismo, a caça de cabeças e o sacrifício humano.

Valentim Fernandes (1951:38) apresenta uma descrição dos funerais dos reis Mandingas no início do século XVI. Se o rei morria em tempo de paz, sua primeira mulher era sacrificada e enterrada junto com ele; se morria em batalha, ele, suas mulheres e seus criados eram degolados, sendo suas cabeças levadas pelos inimigos enquanto os corpos jaziam no chão, abandonados aos cães. O funeral do rei dos Beafadas, na margem sul do rio Geba, também envolvia o sacrifício de sua primeira esposa, escravos e favoritos, assim como o de cães, cabras, vacas e galinhas²⁴. O rei Banhum do rio Casamance mandava

²⁴ - Fernandes, 1951, p. 78.

cortar a cabeça dos malfeitores e pendurá-las em um poste como uma forma de aplicar a justiça²⁵.

Em 1594, André Alvares D'Almada publicou o "Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde" (1946) onde descreve os hábitos das populações africanas e mestiças da costa da Guiné. Diferentemente de Fernandes, D'Almada tinha um conhecimento direto da região. Nascera em Cabo Verde e passara sua vida adulta negociando na costa africana. Em seu "Tratado", ele faz menção a um rei Jalofo (atuais Wolof do Senegal) que, estando doente, foi aconselhado por um Bixirim (os atuais marabouts, especialistas religiosos) a mandar degolar dois filhos, para no sangue deles se banhar. Perante a recusa de suas mulheres em obedecer a suas ordens, ele convocou duas de suas irmãs que decidiram oferecer a vida de seus filhos. Curado pelo banho no sangue dos sobrinhos, o rei reuniu a corte e determinou que a partir de então a sucessão ao trono se realizaria do rei para os filhos de suas irmãs, por parte de mãe²⁶. D'Almada ainda faz referência à prática dos Bagas do rio de Nuno de matar e cortar a cabeça dos inimigos. Depois de cozidas e limpas, eram utilizadas como cálices nas libações rituais²⁷. São também descritas pelo autor as práticas canibais dos Sumbas, que vieram da Costa da Malagueta para a Serra Leoa fazendo parte do exército dos Manes. Na guerra que estes travaram com os Sapes, a carne que os soldados Sumbas comiam era carne humana. Os prisioneiros eram tantos que os Manes os colocavam à venda aos portugueses. Se os brancos se recusavam a comprá-los, eles afirmavam que os comeriam²⁸.

André Dornelha foi outro comerciante com íntimo conhecimento da região que nos deixou uma descrição da costa da Guiné. Provavelmente nascido em Cabo Verde, ele visitou a região nas décadas de 70 e 80 do século XVI, datando sua descrição de 1625. Em seu relato são descritos casos de canibalismo entre os Bolões da Serra Leoa e de sacrifícios humanos durante os funerais Mane²⁹. Por sua vez, Francisco de Lemos Coelho viveu e comercializou na costa da Guiné por mais de 20 anos. Ali tinha ele também um grande número de parentes que viviam do comércio com as populações africanas. Deixou duas descrições, uma de 1669 e outra de 1684. Nelas, relata os funerais dos reis da ilha de Bissau onde chegavam a ser sacrificadas até 104 pessoas no decurso de um ano³⁰. Ainda no século XVII, o padre Barreira menciona a existência de um acordo tácito entre os reis e traficantes de escravos portugueses que atuavam entre os rios Cacheu e Grande. Por esse acordo, os reis não protestariam quando seus sujeitos fossem capturados e vendidos aos portugueses,

²⁵ - Fernandes, 1951, p. 70.

²⁶ - D'Almada, 1946, pp. 8-10. Esse mesmo caso é narrado por Dornelha, 1977, pp. 130-36 cerca de 30 anos mais tarde.

²⁷ - D'Almada, 1946, p. 67.

²⁸ - D'Almada, 1946, pp 77-82. Dornelha, 1977, pp.106-108 também menciona esse episódio. Sobre a invasão dos Mane, ver Rodney, 1970, pp. 39-70.

²⁹ - Dornelha, 1977, pp. 100 e 116.

³⁰ - Coelho, 1953, pp. 40-41 e 169. Frei André Faro, que esteve na região em 1663-1664, também descreve esses funerais e outros ritos dos Papel em que eram sacrificados seres humanos. Ver Faro, 1991, p. 179.

pois preferiam vê-los nas mãos dos brancos do que nas dos Bijagós, que os comeriam se não houvesse compradores³¹.

Relatos sobre canibalismo e sacrifício humano desaparecem na literatura dos séculos seguintes, vindo a reaparecer no fim do século passado. Em 1905, um oficial francês, Leprince, publicou uma descrição das sociedades Manjaco e Mancanha na qual fazia menção a práticas necrofágicas nos funerais mancanhas³². Em 1928, o relatório etnográfico de um administrador português afirmava que em tempos remotos Manjacos e Mancanhas praticavam a antropofagia³³. Carreira (1963:106-109) supõe que o arrancamento da pele do cadáver nos ritos funerários dos Manjacos seria uma prática derivada da necrofagia, que eles teriam adotado pelo contato com os Felupes que migraram para a margem esquerda do rio Cacheu. Tabora (1950) foi outro administrador colonial a relatar a existência de práticas necrofágicas entre os Felupes e Baiotes da margem direita do rio Cacheu. Ele e, mais tarde, Silva (1960:46) chegam mesmo a mencionar um associação de comedores de gente, Cussanga ou Kusãga, que exumava cadáveres ou, eventualmente, matava pessoas por envenenamento para comê-las nos ritos de circuncisão, carã-ináu³⁴. O sacrifício humano nos ritos funerários dos Papeis de Bissau aparece transformado nos relatos do século XX. Em 1940, depois de morrer o régulo do Bandim, Indilum, o baloberu (autoridade religiosa Papel) que presidia a sucessão avisou aos pretendentes ao cargo que seria escolhido aquele que tivesse oferecido ao iran a maior quantidade de sangue de vítimas humanas. Mais de 34 pessoas foram mortas na verdadeira caçada que parece ter se seguido ao aviso³⁵.

Desde o século XVI, viajantes, cronistas, comerciantes e administradores têm nos deixado relatos sobre práticas de canibalismo e de sacrifício humano entre as populações da costa da Guiné. Não está em questão aqui a existência real de tais práticas, mas o fato de elas serem tematizadas por europeus e caboverdianos que viveram em íntimo contato com essas populações. Tanto quanto esses, a sociedade crioula no período colonial também se preocupava, temia e tematizava essas práticas³⁶. Durante todo esse período, elas serviram para marcar a diferença que separava europeus, caboverdianos e crioulos das sociedades tradicionais africanas. E não se tratava de uma diferença neutra. Dornelha (1977:100)

³¹ - Rodney, 1970 p. 116.

³² - Leprince visitou a Guiné na passagem do século como membro da missão de demarcação da fronteira do Casamance com a Guiné. Sua descrição da necrofagia no rito mancanha encontra-se parcialmente reproduzida em Carreira, 1965, p. 152.

³³ - Menezes, 1928.

³⁴ - Thomas, 1958-59, também menciona essa associação entre as populações Diola do Casamance das quais os Felupes são parte. O fígado e o coração eram as partes preferidas pelos membros da Kusãga, mas os órgãos sexuais e o cérebro também eram comidos.

³⁵ -Pelissier, 1989, II, p. 232.

³⁶ - Rodney, 1970, p. 56 afirma que a notoriedade dos Sumbas para os europeus e mestiços que viviam na costa da Guiné devia ser maior do que sua performance. Era, porém, muito eficaz para espalhar o terror. A queda de um avião francês no território dos Felupes em 1933 parece ter reforçado o medo da elite crioula para com os Felupes, suspeitos de terem comido a infeliz tripulação. Ver Pelissier, 1989, II, pp. 234-48.

afirmava sobre os Quelenchecafus e sobre os Calus: "não comem carne humana, gente do melhor trato". Sobre os Temenes, dizia: "por nenhum caso comerão carne humana; é gente limpa e conversável". Neste século, referindo-se ao sigilo com que os Manjacos cercavam suas práticas rituais, o double de administrador e etnógrafo que foi Antonio Carreira as denominava "processos desumanos". Mais adiante, comentando sobre os Felupes, dizia que "a influência da cultura portuguesa, francesa e **mesmo** da africana não conseguiu vencer práticas... que a civilização do Ocidente condena, **por repugnante**, como a necrofagia" (1963:121; grifos meus).

Os nascidos nas províncias ultramarinas portuguesas que viviam sob o regime do indigenato eram classificados juridicamente em "indígenas" e "não indígenas". Uma grande quantidade de decretos, portarias e diplomas legais regularam essas duas categorias jurídicas até sua extinção em 1961. Em toda a legislação, um dos traços que caracterizava os "indígenas" era a não satisfação das seguintes condições, entre outras: falar, ler e escrever a língua portuguesa e ter bom comportamento e não praticar os usos e costumes do comum da sua raça³⁷. Essa distinção jurídica encontrava respaldo na classificação mais difusa que a sociedade dos centros urbanos fazia sobre a população da Guiné. Por ela existiam três grupos de pessoas: de um lado, os "civilizados" e "cristãos"; por outro, os "não civilizados", "indígenas", "animistas" e "muçulmanos". Em meio aos dois, uma categoria liminar, historicamente conhecida como grumetes e, mais tarde, como "assimilados".

Sendo uma classificação difusa, os critérios de pertença a qualquer um dos grupos não eram fixos, dependendo do tipo de ligação que unia classificadores e classificados. O contexto era o que, em geral, definia, nessa sociedade sincrética e mestiça, quais eram os usos e costumes com poder para afirmar a civilidade de uma pessoa. Foi o contexto de guerra que permitiu ao capitão Marques Geraldes classificar implicitamente o grumete Boré Vaz, da vila de Geba, como não civilizado. Um rumor estruturalmente semelhante ao dos sapa kabesa foi o que conferiu autenticidade a essa classificação. Marques Geraldes dizia: "boatos corriam também de que o juiz (Boré) se servia de sangue humano extrahido das veias de creanças a fim de se escrever cartas que serviam de talisman para o bem estar d'aquelle genio do mal (o régulo Fula Mussá Moló)" (1887:476)³⁸.

No entanto, as práticas consideradas radicalmente estranhas e repugnantes aos olhos dos "civilizados" serviam como as marcas simbólicas fixas da diferença radical entre os dois grupos, criando limites para o caráter difuso e flexível da classificação. O canibalismo e o sacrifício humano tornavam seus praticantes em seres repugnantes e desumanos aos olhos dos crioulos das praças, na medida em que tais práticas poluíam, distanciavam e retiravam de seus adeptos capacidades essencialmente humanas, como a de conversar. Por tudo isto, eram símbolos poderosíssimos com os quais a sociedade crioula em sua fase pré-nacionalista pensou a sua relação com as sociedades étnicas locais.

³⁷ - Assim afirmava a portaria nº 39 de 14 de abril de 1928, que é a regulamentação mais antiga que conheço sobre o tema na Guiné. Tavares, 1947, e Brito, 1966, fazem um apanhado da legislação que regulamentava os direitos de cidadania na Guiné.

³⁸ - A existência de um rumor tão antigo sobre o mesmo tema tem implicações teóricas para a relação entre estrutura e história que serão examinadas muito superficialmente mais adiante, mas que merecem uma atenção maior devido à sua importância.

O PORTO E OS GRUMETES

Como no caso do rumor sobre os sapa kabesa, a narrativa sobre a criança aprisionada também é construída com materiais retirados do estoque simbólico da cultura crioula.

O surgimento de uma sociedade crioula na Guiné-Bissau está historicamente ligado às atividades desenvolvidas nos portos. Basicamente uma sociedade gerada pelas trocas mercantis com a América e Europa, as praças e feitorias da Guiné tinham nos portos o centro de sua vida social: por eles os escravos chegavam do interior e saíam para a América; para eles a cola, as tintas e os tecidos refluíam da Serra Leoa e de Cabo Verde. Mais tarde, no período colonial, a Guiné tornou-se uma colônia de exportação de produtos tropicais. Mais uma vez, os portos foram o canal pelo qual a riqueza da Guiné era drenada para o exterior, permanecendo como o centro da vida econômica e social. A distribuição demográfica da população esclarece a centralidade dos portos na vida da Guiné. Até o início do século, todos os maiores aglomerados crioulos do país se localizavam às margens de rios e canais: Bissau, Bolama, Cacheu, Farim e Geba.

Uma grande parcela dos membros da sociedade crioula no início do século era formada pelos grumetes. O significado e o uso deste termo na costa da África Ocidental passou por profundas modificações entre os séculos XVI e XIX³⁹. Originalmente, o vocábulo grumete era empregado no contexto das atividades náuticas para se referir ao aprendiz de marinheiro. Dornelha (1977:154), em sua descrição de 1625, utilizava esse termo para nominar parte da tripulação de seu barco, na viagem que fez a Cantor, centro de intenso comércio no rio Gâmbia⁴⁰. Pelo texto de Dornelha, não é possível ter certeza sobre a origem de sua tripulação mas, pelo que se conhece das atividades e da vida desse comerciante, pode-se inferir que os grumetes eram africanos ou caboverdianos.

Nos séculos XVII e XVIII, grumete era uma categoria difusa que se referia aos ajudantes africanos dos traficantes de escravos e comerciantes mestiços e europeus. Rodney (1970:76) afirma que alguns grumetes eram comprados como escravos, outros eram ajudantes pagos e outros ainda se ligavam aos comerciantes "lançados" por relações de parentesco. A descrição seiscentista de Coelho oferece um exemplo do primeiro grupo quando menciona que em algumas ilhas do arquipélago de Bijagós "costumão-se vender mui bons negros Beafares (Beafadas) que [os Bijagós] tomão na guerra que os brancos estimão muito para fazerem grumetes" (1953:46)⁴¹. O segundo grupo encontra-se descrito por Honório Barreto em sua "Memória sobre o estado actual da Senegâmbia Portuguesa" de 1843, que assim se referia a Bissau: "os habitantes cujo número excede dous mil (com

³⁹ - Nardin, 1966, analisa os significados e usos do termo grumete e sua variante francesa "gourmet" na África Ocidental.

⁴⁰ - Essa é a menção mais antiga que conheço na literatura sobre a África Ocidental. Antes de Dornelha, o cronista Azurara, 1841, já utilizara o termo em sua crônica dos descobrimentos portugueses do século XV, mas com toda certeza os grumetes que ele se referia eram ajudantes portugueses.

⁴¹ - O termo "branco" tem aqui uma acepção mais ampla do que a origem racial. Na época de Coelho, e mais tarde também, eram considerados brancos e portugueses os mestiços caboverdianos e os negros africanos lusitanizados e criatianizados. Ver Rodney, 1970, p. 202.

200 escravos) moram na povoação que está fora da praça... Entre elles há muitos carpinteiros, calafates e alguns pedreiros e ferreiros" (1947:16). O acordo firmado entre o governador de Bissau e o régulo Papel em 1844, depois da revolta dos grumetes e Papéis, tinha uma cláusula afirmado: "Estes grumetes poderão servir na Praça de remadores se os negociantes os mandarem chamar para este fim, poderão entrar na tabanca (povoação) e sairem d'ella quando quiserem, comtanto que não sejam armados" (Senna Barcellos, 1911: 33-34). O parentesco que sempre ligou os grumetes aos comerciantes podia ser real ou putativo. Na costa da Guiné, desde a criação das primeiras feitorias, tornou-se costumeira a prática de adoção de crianças africanas por comerciantes "portugueses", chegando a se institucionalizar através da categoria mininus di kriyason. O parentesco real que muitas vezes unia os dois grupos era, em geral, derivado das relações de casamento entre os comerciantes e mulheres africanas. Essa exogamia era o que, em larga medida, possibilitava o estabelecimento mais permanente da atividade comercial em uma determinada área, pois as nharas, as mulheres africanas que gerenciavam o comércio dos maridos "brancos", garantiam a manutenção dos complexos vínculos que uniam os dois grupos⁴². Muitas vezes, parentes dessas poderosas nharas se deslocavam para as praças onde passavam a trabalhar como auxiliares dos negociantes.

Sendo os grumetes os africanos que mais contatos tinham com os portugueses, foram eles também os mais profundamente tocados pelo modo de vida europeu. Daí, grumete passar a designar o africano que adotava os hábitos portugueses e cristãos. No entanto, os hábitos cristãos e o modo lusitanizado de ser eram mais aparentes do que um aspecto primordial e irrenunciável da identidade do grupo. Manuel Antonio Martins, comerciante fixado em Cabo Verde, visitou Bissau em 1831 e comentou que, embora os grumetes fossem cristãos, eram polígamos. Afirmava também que: "adoptão o systema de que quem mais seu amigo hé, e por tanto só respeitão as authoridades ... em quanto lhes convem, e quando não tornão-se gentios de um dia para o outro" (Faro, 1958:206).

No século XIX e no início deste século, os grumetes formavam o grupo intermediário que tornava possíveis as relações mercantis entre a minoria de comerciantes e os membros das sociedades tradicionais. Desempenhavam um papel ambíguo naquela sociedade fundada sobre compromissos muito frágeis entre comerciantes, soldados, administração, as sociedades tradicionais e eles mesmos. Pelissier afirma com muita razão que "o problema com eles é nunca se saber antecipadamente para que lado penderão em caso de conflito" (1989, I:36). Em 1842 e 1844 os grumetes se aliaram aos Papéis na guerra contra a administração. Em Farim, em 1846, ficaram sozinhos contra a administração de Cacheu, os Mandingas da região interferindo como mediadores. Em 1892 e 1894, mais uma vez se aliaram aos Papéis de Bissau e infligiram uma derrota ao governo. Em 1885, parte dos grumetes de Geba auxiliaram o capitão Marques Geraldês a combater o régulo Fula-preto Mussá Moló, mas a outra parte era aliada do "juiz do povo", que era a "alma damnada" do chefe Fula⁴³. Por outro lado, os grumetes de Cacheu e Bissau se aliaram à

⁴² - Nhara é o termo crioulo que designa mulheres importantes, seja pela riqueza, seja pelo prestígio. É uma corruptela do vocábulo português "senhora". Os casamentos entre comerciantes "brancos" e essas nharas e a função de gerente que elas desempenhavam são apontados por Travassos Valdez, que esteve na região entre 1860-1862. Ver sua classificação dos grupos sociais de Bissau em Carreira, 1984, p. 111. Sobre as nharas, ver a excelente análise de Brooks, 1983, e Rodney, 1970, pp. 209-12.

⁴³ - Marques Geraldês, 1887, pp. 474 e 476.

administração colonial para combater os Felupes em 1878 e 1901, os Manjacos de Churo em 1904 e os Papéis em 1907. Com a proclamação da república portuguesa em 1910, ventos liberais varreram a Guiné provincial, e a elite crioula pela primeira vez se organizou em associações de fundo político, como a "Liga Guineense", fundada em 1910. Pretendendo ser porta-voz dos grumetes, a Liga foi extinta em 1915, depois que seus membros foram acusados de incitar os Papéis a se revoltar⁴⁴. Essa aliança entre grumetes e a elite educada crioula foi possível porque ao longo do tempo os grumetes estabeleceram relações orgânicas de interdependência com a elite mestiça crioula, relações que, desde o início do século, colocavam ambos os grupos em oposição aos poderosos comerciantes europeus aliados à administração colonial.

A breve trajetória do termo grumete traçada aqui deixa entrever que eles foram o material humano básico para a formação da sociedade crioula da Guiné-Bissau. Em franco desuso atualmente, os grumetes de ontem têm como continuadores hoje a maioria da população que vive nos bairros de Bissau e em outros aglomerados urbanos do país, cultivando tradições sincréticas, falando crioulo e ainda atuando como mediadores culturais entre as cidades e as tabancas no mato.

Em todo esse período, os grumetes se caracterizaram por um tipo de atividade, em uma arena específica. Como vimos, o papel que desempenhavam era o de auxiliares ou intermediários no comércio entre europeus e africanos. A atividade básica que exerciam estava ligada ao mar. "O grumete possui duas paixões favoritas: a guerra e o mar", assim dizia Marques Geraldes (1887:515). Como remadores, construtores, pilotos e carregadores de barcos, os grumetes sempre estiveram ligados a um espaço social próprio: o porto.

Polissêmico e condensador, o porto é um símbolo especialmente poderoso para representar as relações entre guineenses e europeus. Não representa apenas o espaço social destinado à ligação comercial com outras regiões do mundo. Ele e as atividades nele exercidas representam também, e de uma só vez, a violência da relação entre as sociedades europeias e africanas, a mercantilização humana do tráfico de escravos, a arena de onde emerge a sociedade crioula e seus membros prototípicos: os grumetes. No rumor sobre a criança aprisionada, o porto é, ao mesmo tempo, a arena simbólica onde dois espaços sociais se põem em relação, dando origem à territorialidade específica que é a Guiné-Bissau, e o Outro europeu que violentamente aprisiona a criança. Vale notar que, enquanto esfera de ligação comercial, o porto põe a Guiné em relação com qualquer região do mundo, mas, enquanto arena simbólica, o porto só "fala" sobre o mundo dos brancos, emudecendo-se para o resto.

OS RUMORES E A DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS DA NAÇÃO

Quando o rumor afirma que as cabeças cortadas são vendidas no Senegal por um alto preço para serem consumidas em ocasiões cerimoniais, ele está criando no plano da narrativa a representação de uma territorialidade que surge da relação entre dois espaços políticos de mesma ordem. Assim, ao dizer Senegal, o rumor tematiza, pela ausência, a Guiné-Bissau. Vale notar que ouvi rumores sobre sapa kabesa em outras ocasiões e, se por um lado, algumas versões davam a ex-colônia francesa, a Guiné-Conacry, como destino

⁴⁴ - Sobre a "Liga Guineense", ver Cunningham, 1980, e dois panfletos da época: Teixeira, 1917 e Vasconcelos, 1916.

final das cabeças, por outro, nunca tomei conhecimento de versões que mencionassem o Casamance, o Boké ou outras regiões dos países vizinhos como mercado consumidor de cabeças provenientes de Farim ou outra região da Guiné-Bissau.

A representação "Guiné-Bissau" recriada no rumor sobre a criança aprisionada no porto é complementar àquela recriada no rumor sobre os sapa kabesa. O rumor sobre os sapa kabesa cria simbolicamente uma descontinuidade entre espaços políticos que são física e historicamente contínuos. Este procedimento simbólico é realizado a partir da descontinuidade já marcada entre a cultura crioula e as culturas tradicionais da Guiné colonial, que nos rumores se desloca para fronteiras além Guiné. O rumor do porto sugere uma descontinuidade simbólica entre espaços sociais que já são fisicamente descontínuos. Nele, a descontinuidade que faz emergir a Guiné-Bissau como um espaço social só deixa de ser redundante porque a territorialidade engole e absorve uma historicidade particular: a dos grumetes. Como vimos, ela emergiu do encontro com outra historicidade: a dos portugueses. É então no plano de uma oposição entre historicidades que a representação do espaço social da nação vai ser elaborada através da demarcação de fronteiras simbólicas entre a Guiné-Bissau e o mundo dos brancos.

Esses rumores narram condensada e simbolicamente a relação entre sociedades, e dessa relação recriam a representação da Guiné-Bissau enquanto uma comunidade imaginada ocupando um território próprio e detendo uma história específica. Fazem isto lançando mão da oposição abstrata Nós/Eles que, nas narrativas, adquirem as formas Guiné-Bissau/Senegal e Guiné-Bissau/Mundo dos Brancos. Mais uma vez é necessário ter em mente que esses rumores circulam nos aglomerados urbanos do país, espaços por excelência da sociedade crioula. São, portanto, narrativas que fazem parte do projeto crioulo para a nação; comunicam e inculcam o que é pertencer à comunidade crioula que pretende ser o núcleo dessa comunidade imaginada. O fato de a oposição Nós/Eles se desdobrar nas narrativas em duas oposições ganha aqui seu sentido pleno. A sociedade crioula historicamente tem sido uma intermediária entre a sociedade portuguesa e as sociedades tradicionais africanas. O projeto para a nação dessa sociedade deve, portanto, marcar a diferença entre a comunidade crioula e as duas vertentes que entraram em sua composição. E é isto que os rumores fazem.

Entretanto, se minha análise está correta, os rumores realizam uma inversão digna de nota. Durante boa parte do período colonial⁴⁵, o projeto hegemônico da sociedade crioula para si mesma tendia a marcar com mais intensidade a oposição sociedade crioula/sociedades étnicas. Deste modo, a oposição sociedade crioula/Portugal era menos acentuada. Não cabe aqui examinar as razões disto. O que me interessa é salientar que nestes dois pares de oposição o segundo termo é individualizado, no caso de Portugal, e generalizado pelos rótulos "indígena" e "não civilizado", no caso das sociedades étnicas. Nos rumores apresentados, há uma inversão, pois a fronteira que marca a diferença com as sociedades africanas é agora individualizada (Senegal, Guiné-Conacry) enquanto aquela que recria a diferença com a vertente europeia é generalizada (Mundo dos Brancos). Essa inversão é reveladora do quanto a nacionalidade é o tema central dos rumores. Se antes a vertente africana era interna ao território da Guiné, e se as diferenças entre as diversas sociedades tradicionais eram apagadas pelos rótulos "indígena" e "não civilizado", agora a diferença com relação a essa vertente se desloca para outros territórios de natureza nacional

⁴⁵ - Grosseiramente até os anos 50, antes do início da criação das primeiras associações de caráter nacionalista.

e é individualizada. Não é gratuito o fato de os guineenses de hoje elegerem os ganenses, senegaleses ou os mauritanianos como os depositários da violência urbana que cresce no país. Segundo o projeto crioulo para a nação, as diferenças no interior do espaço social da Guiné-Bissau deveriam deixar de atuar como fronteiras significativas, sendo todos os guineenses ligados à representação da nação⁴⁶.

Qual o motivo dessa inversão e qual o significado do deslocamento que, no rumor, atribui as práticas de cortar cabeças e consumi-las ritualmente a africanos estrangeiros, supostamente fora da Guiné?

O movimento das populações étnicas na África Ocidental nunca obedeceu às fronteiras dos estados coloniais porque os chãos tradicionais das diversas etnias cortavam as fronteiras arbitrariamente impostas pelos colonizadores. Sendo assim, sempre houve um movimento de gente atravessando as fronteiras com as colônias vizinhas. Contudo, excetuando-se os jilas, que são mercadores intinerantes geralmente pertencentes à etnia Mandinga, o movimento das populações étnicas sempre esteve restrito às zonas rurais, pouco afetando a vida da sociedade crioula nas praças. A independência política dos países africanos veio a modificar esse quadro, pois os jovens estados nacionais passaram a propor um outro tipo de relacionamento com as populações rurais. Em muitos países, a cidadania passou a ser regulada de modo mais restrito. Com isto o movimento populacional entre os diversos países passou a ser menos intenso e mais sujeito a restrições legais⁴⁷.

Apesar de toda regulamentação, instabilidades políticas e severas crises econômicas têm levado milhares de africanos a deixar seu território tradicional e migrar para as cidades ou para outros países. Durante o período da guerra pela independência, uma parcela significativa da população da Guiné-Bissau abandonou o país e se refugiou no Senegal. Em geral, eram populações que viviam na fronteira norte da Guiné, das etnias Manjaco, Mancanha e Felupe. Nesse sentido, a Guiné-Bissau tem sido mais um país de emigração do que de imigração. Mas ultimamente esse quadro vem se transformando. A severa crise econômica por que passa a maioria dos estados da África Ocidental tem levado muitas pessoas dos países vizinhos para a Guiné-Bissau. O fluxo migratório foi facilitado pelos diversos acordos firmados pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que permite o livre trânsito dos cidadãos entre os países pertencentes aos estados membros da Comunidade.

Não existem estudos criteriosos que avaliem esse novo quadro, e por isto fica difícil conhecer em pormenores a situação desses migrantes. Pelos dados de que disponho, é possível classificá-los em duas categorias: aqueles que se estabelecem na Guiné, geralmente exercendo uma atividade comercial, e aqueles que, de passagem para outros países, acabam permanecendo mais tempo lá por não terem condições -- poupança, crédito ou ligações pessoais -- para apressar sua passagem. Ficam vivendo de pequenos expedientes e de empregos temporários e irregulares. Mas, como a situação econômica da Guiné é muito instável, a competição com os jovens guineenses também desempregados, os pequenos roubos que realizam para sobreviver e, no caso daqueles que se estabeleceram

⁴⁶ - Isto não significa que as diferenças internas à nação não sejam temas caros a outros rumores.

⁴⁷ - Conflitos com minorias estrangeiras têm sido constantes na recente história dos jovens países africanos. Daomeanos foram repatriados da Costa do Marfim e do Níger; mauritanianos, do Senegal; libaneses viveram períodos de tensão na Serra Leoa. Ver a coletânea editada por Shack e Skinner, 1979, sobre o tema.

no comércio, os aparentes indícios de ascensão social têm sido motivos para a emergência de conflitos e de um sentimento de desconfiança para com os estrangeiros africanos das duas categorias⁴⁸.

O rumor sobre os sapa kabesa expressa a instabilidade gerada por esse quadro conjuntural. Os elementos simbólicos que ele utiliza para construir sua narrativa das relações entre guineenses e africanos de outros países são poderosos para gerar medo e indignação intensos. Raramente a verdade da estória narrada é posta em questão. O que faz desse rumor uma peça carregada de emotividade é a interrogação que sempre fica no ar: como alguém pode agir de modo tão desumano. O rumor sobre os sapa kabesa põe o guineense como um ser incompleto, mutilado e vulnerável à mercê da imprevisibilidade e de uma violência que aliena, que põe o ser à parte dele mesmo, frente a um outro desumanizado e poluído e repugnante. E na Guiné-Bissau atual os africanos que agora são estrangeiros são os melhores candidatos para representar esse papel.

Toda identidade social se constrói a partir da articulação de três domínios: espaço, tempo e a noção do Eu. Além de realizar o procedimento fundamental para a criação de uma identidade nacional, que é demarcar fronteiras, localizar a comunidade imaginada que é a nação no tempo e no espaço, atribuindo-lhe uma história e um território, os rumores são também uma via de acesso para a compreensão de como é representada a unidade desta comunidade imaginada -- a pessoa -- e como ela se relaciona com a totalidade da nação.

Os rumores sobre os sapa kabesa e sobre a criança aprisionada no porto pensam simbolicamente o membro da nação na sua relação com os não membros: senegaleses e brancos. Nesta relação, o guineense se torna recipiente de uma ação violenta que o coloca à parte dele mesmo -- tem a cabeça cortada pelo Outro. Ele é, sobretudo, pensado como um ser incompleto. Em um rumor seu corpo jaz no território da nação enquanto sua cabeça é consumida cerimonialmente em outro país. Assim como a cabeça se liga ao corpo para compor a totalidade do ser humano, a pessoa na sociedade crioula é pensada como um ente relacional. É alguém cuja essência está na relação que o liga a uma totalidade. O que ela é está sempre definido pelo grupo social ao qual pertence, e sem essa pertença ela é uma aberração: um estrangeiro em sua terra natal, um koitadi. Ser anônimo, um indivíduo igual entre tantos e todos, alguém sem uma kuña (cunha) que permita alcançar as metas desejadas quando ela se relaciona com instituições exteriores ao seu grupo de pertença primária, é o pior dos destinos para um guineense⁴⁹. Ter a cabeça cortada por um estrangeiro é, então, entrar em uma relação na qual o membro da sociedade crioula tem decepada a ligação primordial com seu grupo de pertença, tornado-se mutilado, incompleto

⁴⁸ - Em 1992, um mauritaniano dono de uma taberna em Bissau matou um jovem guineense que tentava assaltar sua loja. Essa não foi a primeira vez que um guineense fôra morto por um comerciante mauritaniano. O acontecimento gerou uma onda de indignação contra os mauritanianos, chegando a alcançar a seção de cartas do jornal "Êxpresso Bissau", nº 5 de 8/8/92. Da vez anterior, a indignação foi ainda mais intensa, havendo a necessidade de o Presidente da República se dirigir à população pelo rádio para impedir linchamentos e saques aos mauritanianos e seus estabelecimentos.

⁴⁹ - Kuña é um termo que expressa a importância de ligações familiares ou daquelas dadas pelo local de nascimento para a relação de uma pessoa com as instituições em geral. É mais visivelmente usada quando alguém se relaciona com as instituições estatais, mas tenho registro de casos de pessoas usando a kuña quando se relacionava com instituições que em outros locais seriam definidas como pertencentes à esfera privada.

e anônimo⁵⁰.

No outro rumor, o guineense é uma criança, uma pessoa não acabada socialmente, alguém que ainda não detém todas as chaves para decodificar e compreender os valores e símbolos para imaginar a comunidade a que pertence; alguém que ainda não elaborou as suas kuñas e que corre o risco de não elaborá-las, pois, aprisionado no contentor, prestes a embarcar no navio, terá destruídos os laços de pertença que são a sua razão de ser. A parcialidade que caracteriza o guineense nesses rumores emerge de sua relação com o Outro, relação que historicamente sempre foi instável, plena de conflitos, carregada de ambigüidades. Expondo de modo mais preciso, os rumores revelam o quanto a relação com o Outro torna o guineense incompleto.

O porto e os elementos que o caracterizam -- o contentor e o navio -- expressam a violência e a assimetria que marcou por séculos a relação crioulos-portugueses. A literatura histórica das praças e feitorias está repleta de exemplos de conflitos entre esses grupos⁵¹. A fonte do Pijiguiti, que se localiza nas imediações do porto de Bissau, sempre foi uma área cobiçada, em torno da qual a maioria das revoltas dos grumetes e dos Papéis era disputada. Mais tarde, Pijiguiti tornou-se o nome do próprio porto. A 3 de agosto de 1959, os trabalhadores das docas do porto, que correspondiam à categoria histórica dos grumetes, deram início a uma greve. Os trabalhos foram paralizados porque os marinheiros queriam um salário maior dos que os 250 escudos (cerca de 6 dólares na época) que recebiam. A companhia de transportes marítimos que tinha o monopólio da atividade recorreu à polícia que interveio imediata e violentamente, atirando e matando dezenas de trabalhadores. Esse evento é conhecido como o "massacre do Pijiguiti", e é pensado nos documentos do PAIGC e nos discursos dos dirigentes do partido como um dos mitos de fundação da nacionalidade.

Assim como esses grumetes foram mutilados naquela época e como seus antepassados embarcaram como escravos nas galés dos negreiros para a América, o guineense de hoje é tornado incompleto, na figura simbólica da criança, pelo representante do mundo dos brancos na mesma arena que é o porto. A violência excessiva que desumanizava o Outro em 1959 é transformada pelo rumor em uma máquina -- o navio e o contentor -- que continua a representar o Outro como não humano. Se antes as balas da polícia reforçavam a tentativa de transformar o guineense em simples força de trabalho, agora é o contentor que engole e digere a criança, transformando-a em uma mercadoria para exportação.

Ao tratar da invasão dos Manes na Serra Leoa, que então era parte da região dos "rios de Guiné do Cabo Verde", D'Almada, em 1594, afirmava: "Vendiam os Manes alguns [prisioneiros] por pouco preço, e quando os vendiam, se os nossos recusavam, diziam eles que não lhes dava nada, porque se os não comprassem os comeriam" (1946:80). Os dois rumores aqui apresentados dão a pensar sobre este mesmo dilema -- ser ingerido ou ser escravizado -- que tem sido historicamente parte substancial do modo de ser crioulo. Desaparecer, ser mutilado, tornar-se incompleto, esse parece ser o motto do destino que a sociedade de intermediários que se formou na costa da Guiné encontra para si mesma

⁵⁰ - Há rumores que tematizam explicitamente a pessoa e a kuña, que espero analisar em outra oportunidade.

⁵¹ - Casos como a revolta de Bibiana Vaz no século XVII ilustram meu ponto. Ver Rodney, 1970, pp. 209-212.

quando se põe em relação com as duas vertentes que lhe deram origem.

Usando símbolos motivados historicamente para pensar e expressar esse dilema, a análise dos rumores nos leva a uma conclusão de natureza teórica. Os lingüistas reconhecem que é pouco esclarecedor estudar uma língua crioula ou um pidgin apenas do ponto de vista sincrônico, pois suas variações contemporâneas são uma reprodução de sua história⁵². O mesmo parece se aplicar aos estudos das sociedades crioulas. Nas mensagens veiculadas pelos rumores encontramos não apenas um projeto coletivo de ser e um encaminhamento para algumas contradições estruturais da sociedade crioula, mas, sobretudo, sua própria história reproduzida nestas pílulas narrativas que são os rumores. Mais de cem anos depois que Marques Geraldes (1887) registrou o rumor de uma ação sangüinária exercida pelo alter ego do chefe Fula-preto Mussá Moló sobre uma criança de Geba, os rumores sobre os sapa kabesa e sobre a criança aprisionada no porto, que são estruturalmente equivalentes ao registrado por esse oficial português, encontram-se em plena atividade em Bissau.

Criando fronteiras que marcam a diferença entre Nós e os Outros, os rumores revelam um guineense incompleto, mutilado e parcial. Porém, essas qualificações adquirem aqui um sentido diferente daquele que têm quando associadas com as análises sobre o estado-nação mencionadas anteriormente. Enquanto essas se referem a uma forma de organização social inviável ou com problemas para emergir como tal, aquelas parecem afirmar que é exatamente porque a relação com o Outro mutila e torna o guineense incompleto que é necessário construir a unidade de pertença que é a nação. Porém, mais do que necessário, os rumores mostram que, de fato, a nação está em franco processo de construção.

O PODER DOS RUMORES: A MANUTENÇÃO DAS FRONTEIRAS E SUA RECRIAÇÃO

Os rumores pensam e moldam a nação através do processo de demarcação de fronteiras simbólicas que possibilita pensar a Guiné-Bissau como uma comunidade imaginada com uma história, território e um modo de pertença próprio. Mas para essa comunidade subsistir, essas fronteiras devem ser mantidas em um processo de contínua recriação. Os rumores também contribuem para a realização dessa tarefa. Para compreender o modo pelo qual eles a realizam, é necessário analisar o que os torna um tão poderoso sistema normativo que lida com a transmissão de informação e com a circulação de idéias, valores e projetos de ser para a comunidade.

A literatura antropológica sobre os rumores e sobre as formas narrativas em geral fornece subsídios para a compreensão do seu poder de manter as fronteiras que eles mesmos criaram e de recriar a nação⁵³.

As mensagens sobre a nação que os rumores põem em fluxo têm um grande alcance. Parte disto é devido à oralidade, que é uma de suas características. Nisto eles se diferenciam dos meios de comunicação impressos, que têm nos livros e nos periódicos os

⁵² - Kihm, 1980, pp. 378-79.

⁵³ - Gluckman, 1963; Firth, 1967; Lienhardt, 1975; e Ramos, 1979 são autores que tratam do tema.

seus veículos clássicos. A oralidade é um fator que garante um alcance maior às mensagens veiculadas pelos rumores nesta sociedade historicamente marcada pela existência irregular e fugaz de poucos jornais e quase nenhum livro⁵⁴. A parcimônia dos meios impressos na história da Guiné-Bissau é decorrente de diversos fatores interrelacionados, entre os quais se destacam questões complexas de alocação de poder na sociedade colonial, estratégias de dominação e fatores de ordem técnica e econômica. Correlacionado a esses, um último fator merece destaque. Qualquer sistema de comunicação requer uma massa crítica mínima de receptores. E esses devem deter pelo menos uma habilidade específica: a chave para a decodificação dos signos transmitidos pelo sistema. No caso dos meios impressos, a decodificação implica na habilidade de leitura da linguagem escrita. Entretanto, o sistema de dominação colonial implantado pelos portugueses na Guiné nunca elaborou ou colocou em execução uma política de educação em larga escala. Apesar dos esforços no período pós-independência no sentido de desenvolver o sistema escolar nacional, os índices de analfabetismo no país ainda são muito elevados⁵⁵.

Neste caso, um meio de comunicação oral como o sistema de rumores acaba sendo muito mais eficiente para alcançar um público mais amplo do que um outro baseado em meios impressos. Assim, ao contrário da comunidade imaginada que emergiu graças ao desenvolvimento do print capitalism (cf. Anderson, 1983), na Guiné-Bissau é a oralidade compartilhada dos rumores que atua para a construção da nação.

Uma segunda característica formal distingue o sistema de rumores de outros meios de comunicação de massa que também têm uma natureza essencialmente oral, como o rádio e a televisão. Embora estes dois meios sejam caracterizados pela oralidade, eles advêm de uma sociedade essencialmente gráfica. Neles, a oralidade da transmissão só é possível graças a inúmeras notas escritas que ordenam, balizam e controlam a escolha das notícias a serem transmitidas. Enquanto o rádio e mais recentemente a televisão têm como fonte de mensagens uma instituição definida, o que quer dizer, uma perspectiva e um interesse claramente identificados, os rumores têm como fonte de suas mensagens um ser difuso e não individualizado. Enquanto as mensagens veiculadas pelo rádio e pela televisão foram e são produzidas e/ou filtradas por instâncias especializadas no controle e na dominação -- o estado colonial e o estado independente --, as mensagens postas em fluxo pelos rumores provêm da sociedade crioula como um todo.

A história da Guiné-Bissau é plena de acontecimentos que mostram como o estado colonial e seus aparelhos sempre foram objetos de polêmica, intriga e dissenso. A estrutura de dominação colonial e, mais tarde, a realidade política do partido/estado único nunca concederam muita abertura para a emergência da polêmica e das contradições em público. Buscavam sufocar o conflito e a discordância, retirando-os do fluxo dos meios de comunicação de massa. Nessa sociedade marcada por conflitos e intrigas, o sistema de rumores aparece então como o espaço privilegiado para a narração da vida real, com seus conflitos e contradições, para o encaminhamento difuso das questões por ele tematizadas e para a criação, recriação e transmissão de projetos de ser para a comunidade. Assim, as

⁵⁴ - Para uma breve descrição da história da imprensa na Guiné, ver Amado, 1990, e Ferreira, 1977.

⁵⁵ - O Recenseamento da população de 1979 não enfocou diretamente a questão da alfabetização. Por isto o índice de 20.1% referente às pessoas com alguma instrução é polêmico. Santos e Silva, 1987, p. 42, mencionam uma taxa geral de analfabetismo de 94.2%. Um estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 4, aponta para um índice de 90.4%.

mensagens veiculadas pelo sistema de rumores acabam por parecer aos guineenses mais próximas das questões e premências da vida real, o que confere a ele a autoridade e autenticidade para narrar e pensar os anseios, expectativas, diferenças, interesses divergentes e as várias faces da sociedade crioula.

O sistema de rumores não é o único a pôr em fluxo mensagens e projetos de ser para a sociedade. Outros sistemas de comunicação também pretendem dar vazão a anseios, expectativas e interesses sociais. O exame da relação entre esses sistemas revela que ela é essencialmente uma relação de competição. A mais interessante, para os propósitos desse artigo, é a competição na qual a sociedade e o estado se debatem para fazer prevalecer os seus projetos e interesses próprios. No jornal Nô Pintcha, órgão do Ministério da Informação e Telecomunicações, de 26/6/92, foi publicada uma matéria com o seguinte título: "Sapa cabeça: Boato ou não a polícia está de alerta". Nela noticiava-se a existência de rumores sobre cortadores de cabeça para concluir que eles não eram verdadeiros. A matéria terminava conclamando a população a denunciar quaisquer atos de delinquência e de perturbação da ordem pública. Uma varredura pelos números do início do século do "Boletim Oficial da Guiné Portuguesa", então o único meio impresso de periodicidade regular no país, vai revelar que as intrigas e rumores endêmicos nas praças crioulas chegavam com frequência aos meios impressos. A intenção de torná-las escritas era ou encerrá-las, ou dar ênfase a uma versão/interpretação particular dos fatos tematizados por elas. Nesse mesmo período foram publicados em Lisboa panfletos e opúsculos dando conta de intrigas políticas no seio da sociedade colonial da Guiné com o mesmo objetivo de oferecer uma versão "apropriada" dos fatos⁵⁶.

O desembocar dos rumores nos meios impressos e, mais tarde, no rádio e na televisão mostra uma tentativa do estado -- colonial ou nacional -- de controlar as mensagens e os projetos de ser para a sociedade, de determinar os critérios de inclusão e exclusão à nação e de apontar as instituições legítimas para o controle: a Polícia da Ordem Pública e os próprios meios de comunicação de massa que eram e são controlados pelo estado. O controle se dá pela negação dos rumores, pela afirmação da falsidade das intrigas, pela conclamação à população no sentido de colaborar com as instituições e por uma interpretação autoritária e pretensamente definitiva dos fatos. Os meios impressos, o rádio e a televisão parecem ao estado os mais eficientes para fazê-lo devido à sua natureza de sistema fechado cujas mensagens são fixas⁵⁷.

Partindo de uma fonte difusa e não individualizada, o rumor tem uma estrutura de circulação bastante peculiar. Sua transmissão se dá através de interações sociais face a face, implicando em que a amplitude de seu alcance social depende da mediação de inúmeras interações. Além disto, a análise detalhada de sua transmissão revela uma estrutura dialógica, aberta e, muitas vezes, dramática. O seu trajeto tem lugar através de uma série de diálogos nos quais os sujeitos das interações literalmente criam e recriam os sentidos das mensagens. A narração tende a assumir a forma de uma representação quase dramática na qual um enredo inicial é representado pelos sujeitos envolvidos. Muitas vezes a trama é

⁵⁶ - Ver, por exemplo, Campos da Fonseca, 1912; Vasconcelos, 1916.

⁵⁷ - O fato de os meios impressos, o rádio e a televisão tematizarem os rumores tem sido notado em circunstâncias e sociedades tão diversas quanto no Meio Oeste americano, Peterson e Gist, 1951, p. 162; entre os Tikopia, Firth, 1967, p. 153; e entre os Sanumá e os Maiongong, Ramos, 1979, pp. 9 e 16. Ver também Lienhardt, 1975, passim.

modificada nas trocas lingüísticas que se seguem. Assim, novos sentidos são negociados durante a trajetória de um rumor por meio de processos como a agregação de conteúdos, a adição de novos fatos à trama e o afastamento de interpretações prévias.

Tudo isto dá ao gênero uma abertura toda especial. Graças a esta estrutura de transmissão, o rumor produz interpretações ativas e criativas dos acontecimentos que têm um poder de convencimento bem maior do que a passiva recepção de mensagens veiculadas pelo rádio, televisão e jornais. E por ser ativo, o rumor não atua somente como um mero meio de transmissão de notícias, mas, principalmente, como um desenvolvido sistema de criação/interpretação de sentidos no qual não há uma distinção rígida entre transmissores e receptores. Nele, todos os agentes sociais são efetivamente sujeitos da criação e interpretação das mensagens.

Tal modo de transmissão confere ao rumor o duplo caráter de ser uma forma narrativa e uma performance. Seu caráter performativo vincula-se ao fato de seus elementos constitutivos -- frases verbais -- serem representados e dramatizados, e não friamente expostos. Isto é possível porque suas unidades de significação não são proposições às quais cabe um julgamento de verdade ou falsidade, no sentido de corresponderem ou não ao acontecido de fato⁵⁸. Os rumores sobre os sapa kabesa e sobre a criança aprisionada no porto não pretendem, na realidade, narrar a verdade do ato de cortar cabeças ou de aprisionar. Seu tema e sua intenção têm a ver com a evocação de sentimentos carregados de emotividade. Buscam gerar a indignação e mesmo o medo face ao Outro que ameaça, mutila e torna incompleto o membro da comunidade imaginada que é a Guiné-Bissau.

Em lugar de verdade ou falsidade, seria muito mais apropriado julgá-lo pelo par felicidade/infelicidade⁵⁹. A autoridade e autenticidade de um rumor têm pouco a ver com os acontecimentos de fato que ele se propõe interpretar através de uma representação dialógica. Envolvem muito mais coisas como o prestígio relativo dos diversos sujeitos envolvidos nas interações face a face que medeiam sua transmissão; a atualidade conjuntural dos eventos que tematiza, como é o caso da crescente migração de africanos de outros países para a Guiné; os valores culturais que estão impregnados na interpretação desses eventos, como é o caso da pertença que define a pessoa na sociedade crioula; os símbolos culturais utilizados para ancorar a narrativa na história da cultura, como o porto e as práticas canibalistas; os recursos retóricos e estilísticos da representação e a abertura para a transmissão criativa e ativa dada pelos desfechos em cada ponto de sua trajetória.

A articulação entre temas conjunturais e valores culturais é uma característica que marca a distinção entre o sistema de rumores e outras formas orais de narrativa culturalmente instituídas, como os provérbios e as fábulas e/ou mitos que são chamados na Guiné de storya. Enquanto estes últimos tendem a ser formas narrativas que põem em destaque valores culturais e morais da cultura crioula sem uma necessária articulação com a conjuntura, os rumores procuram articular a conjuntura com a estrutura de valores. E é nisto que são formas privilegiadas para se compreender a criação e recriação da sociedade

⁵⁸ - Lienhardt, 1975, p. 108, nota que nem sempre cabe o julgamento de verdade aos rumores. Para uma posição contrária, ver Firth, 1967, p. 141, que enfatiza a acuidade duvidosa daquilo que é relatado nos rumores.

⁵⁹ - Este duplo termo é proveniente da análise de Austin, 1981, sobre certos atos de fala que são por ele denominados de performativos.

ou de projetos para a sociedade. Enquanto provérbios e *storya* representam, em geral, a tradição congelada e são utilizados como instâncias de controle social, os rumores são especialmente adequados para se pensar situações e eventos envolvendo a mudança sócio-cultural, a competição ideológica, a crítica e resistência política e cultural⁶⁰.

A natureza aberta e performativa dos rumores, além de conferir autoridade e autenticidade às mensagens que ele veicula, também contribui para a manutenção dinâmica das fronteiras da nacionalidade. Os elementos simbólicos e os sentidos postos em fluxo pelos rumores para recriar a nacionalidade têm características diferentes daqueles utilizados pelo estado com o mesmo objetivo. Enquanto a cultura do estado procede por definições autoritárias dos valores e dos símbolos, definições orientadas por uma perspectiva lexicográfica do sentido (cf. Herzfeld, 1987:84-89), a cultura da sociedade expressa nos rumores é composta por campos semânticos de grande plasticidade e abertura. Os rumores, por sua própria natureza, permitem então interpretações marcadas por ambigüidade, variabilidade e flexibilidade. Assim, são mais ágeis para incorporar em seu discurso sobre a nação os elementos da conjuntura, são mais orgânicos ao se utilizar dos valores da cultura, mais eficientes para recriar e reproduzir a nação, mais democráticos para integrar e agregar vozes, projetos e mensagens conflitantes e, por tudo isto, mais nacionais, embora não sancionados e, às vezes, até proscritos pelo Estado.

SUMÁRIO

O estado nacional não é a única fonte de projetos para a nação, porque não é o único modo de estruturação da autoridade. Espero ter mostrado que o sistema de rumores endêmicos nos aglomerados urbanos da Guiné-Bissau contribui ativamente para a formulação de um projeto de identidade social a nível da nação. Realiza essa tarefa através de narrativas performáticas com grande poder retórico para demarcar e manter fronteiras entre a comunidade imaginada que é a Guiné e outras comunidades e para pensar o modo de pertença pelo qual a pessoa se relaciona com a comunidade.

A nação não é uma totalidade dada como acabada. Pelo contrário, ao pensá-la, os rumores constantemente a recriam, incorporando ao projeto da nacionalidade elementos dados pela conjuntura e dialogando com outros projetos nacionais. Sua fonte é a sociedade crioula das praças, um agrupamento social internamente diferenciado que pretende ser o núcleo da nação em construção.

Existem outros projetos para a nação que ora competem com o formulado pelos rumores, ora o incorporam, ora por ele são incorporados. Sem dúvida, uma fonte poderosa para a construção da nacionalidade é o estado nacional. Toda identidade social necessita ser legitimada por uma forma de autoridade, e o estado nacional tem sido a forma de autoridade paradigmática dos tempos modernos. Assim, historicamente, ele tem sido o par ansiado que vai completar a nação já existente ou que vai construí-la onde ela é ainda um conjunto não estruturado de grupos e valores sociais ou onde só restam os escombros deixados por intensas relações intersocietárias anteriores.

O estado nacional não representa, contudo, a única forma de institucionalização da autoridade, embora permaneça sendo o foco privilegiado pelas ciências sociais para se pensar a questão da nacionalidade. Confundindo o processo histórico de formação dos

⁶⁰ - Nisto eles são semelhantes ao mitos Kachin analisados por Leach, 1965.

estados nacionais europeus com o conceito estado-nação, a teoria das ciências sociais não tem obtido êxito em compreender formas intensas de sociabilidade que resultam em uma comunidade imaginada, mas que se afastam do modelo teórico eurocêntrico. Assim, as nações desviantes do modelo são percebidas como não nações, como nações incompletas, parciais ou inviáveis.

Propus neste artigo que a identidade social fornece a melhor via para a compreensão da nação enquanto uma comunidade imaginada. Mas se quisermos compreender a gênese e o trajeto pelo qual uma comunidade passa a ser imaginada, devemos estar prontos para olhar para outras formas de institucionalização da autoridade; para outros modos de se conceber a cidadania, que passa necessariamente por concepções diferenciadas da pessoa; e para outros modos de se pertencer a uma totalidade. Especialmente, devemos estar preparados para desviar um pouco o nosso olhar do estado, de modo a ouvir melhor o burburinho das diversas vozes da sociedade. No interior desse tumulto sonoro sempre será possível discernir uma narrativa poderosa que fala sobre a nação.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Leopoldo
1990 - A Literatura Colonial. Soronda, nº 9: 73-93.
- AMIM, Samir
1986 - Estado, Nação, Etnia e Minorias na Crise. Economia e Socialismo, nº 69/70: 29-54.
- ANDERSON, Benedict
1983 - Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso
- AUSTIN, John L.
1981 - How to Do Things with Words. Cambridge: Harvard University Press.
- AZURARA, Gomes de Eanes
1841 - Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné. [1453]. Paris: J. P. Aillaud.
- BADIE, B. et BIRBAUM, P.
1979 - Sociologie de l'Etat. Paris: Grasset.
- BARRETO, Honório Pereira
1947 - Memoria sobre o Estado Actual de Senegambia Portuguesa, Causas de sua Decadencia e Meios de a Fazer Prosperar[1843]. In Walter, J., Honorio Pereira Barreto. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- BAYARD, Jean-François
1986 - Civil Society in Africa. In Chabal, P. (ed.), Political Domination in Africa. Cambridge: Cambridge University Press.
- BELCHIOR, Manuel
1966 - Fundamentos para uma Política Multicultural em Africa. Lisboa.
- BENDIX, Reinhard
1977 - Nation-Building and Citizenship: Studies of our Changing Social Order (2ª ed.). Berkeley: University of California Press.
- BRITO, Eduino
1966 - A Revogação do Estatuto dos Indígenas e o Problema da Sobrevivência dos Estatutos de Direito Privado Local nas Províncias Ultramarinas. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP), vol. XXI. nº 82: 181-97.
- BROOKS, George E.
1983 - A Nhara of Guinea-Bissau Region: Mãe Aurélia Correia. In Robertson, C. C. and Klein, M. A. (eds.), Women and Slavery in Africa. Madison: The University of Wisconsin Press.

- CAMPOS, Valentim da Fonseca
1912 - A Guiné a Saque. Documentos para a História. Lisboa.
- CARREIRA, Antonio
1963 - Do Arrancamento da Pele aos Cadáveres e da Necrofagia na Guiné Portuguesa. Estudos sobre a Etnologia do Ultramar, vol. III. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar.
1965 - Do Arrancamento da Pele aos Cadáveres e da Necrofagia na Guiné Portuguesa. BCGP, vol. XX, nº 78: 47-50.
1972 - Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CHABAL, Patrick
1983 - Amílcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War. Cambridge: Cambridge University Press.
- COELHO, Francisco de Lemos
1953 - Duas Descrições Seiscentistas da Guiné [1669 e 1684] (editado por Damião Peres). Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- COHEN, Ronald and MIDDLETON, John (eds.)
1970 - From Tribe to Nation in Africa. Scranton: Chandler Publishing.
- CONNOR, Walker
1972 - Nation-Building or Nation-Destroying. World Politics, vol. XXIV, nº 3: 319-55.
- CUNNINGHAM, James
1980 - The Colonial Period in Guiné. Tarikh, vol. 6, nº 4: 31-45.
- D'ALMADA, André Alvares
1946 - Tratado Breve dos Rios de Guiné [1594] (editado por Luis Silveira). Lisboa.
- DEUTSCH, Karl
1955 - Nationalism and Social Communication. Cambridge: The MIT Press.
- DORNELHA, André
1977 - Descrição Da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde [1625] (editado por A. Teixeira da Mota). Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

DUMONT, Louis

1977 - From Mandeville to Marx: The Genesis and Triumph of Economic Ideology. Chicago: The University of Chicago Press.

1980 - Nationalism and Communalism. In Homo Hierarchicus: The Caste System and its Implications. Chicago: The University of Chicago Press.

1985 - Uma variante Nacional: O Povo e a Nação em Herder e Fichte. In Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna. Rio de Janeiro: Rocco.

ELIAS, Norbert

1972 - Process of State Formation and Nation Building. Transactions of the 7th World Congress of Sociology, vol. III. Genebra.

FARO, André de

1991 - Relação de Frei André de Faro sobre as Missões da Guiné [1663-1664]. In Brasio, A. (ed.), Monumenta Missionária Africana, 2ª série. vol. VI. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

FARO, Jorge

1958 - Os Problemas de Bissau, Cacheu e suas Dependências Vistos em 1831 por Manuel Antonio Martins. BCGP, vol. XIII, nº 50: 203-16.

FERNANDES, Valentim

1951 - Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels [1506-1510] (editado por Th. Monod, A. Teixeira da Mota et R. Mauny). Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

FERREIRA, Eduardo S.

1977 - O Fim de uma Era: O Colonialismo Português em África. Lisboa: Sá da Costa.

FIRTH, Raymond

1967 - Rumour in a Primitive Society. In Tikopia Ritual and Belief. Boston: Beacon Press.

FOSTER, Robert J.

1991 - Making National Cultures in the Global Ecumene. Annual Review of Anthropology, 20: 235-60.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

1985 - Guiné-Bissau. Educação - análise e estratégia sectorial. Lisboa.

GALLI, Rosemary

1990 - Liberalisation is not Enough: Structural Adjustment and Peasants in Guinea-Bissau. Review of African Political Economy, nº 49: 52-68.

- GEERTZ, Clifford (ed)
1963 - Old Societies and New States: The Quest for Modernity in Asia and Africa. Glencoe: Free Press.
- GEERTZ, Clifford
1973 - The Interpretation of Cultures. New York: Basic Books.
- GELLNER, Ernest
1983 - Nations and Nationalism. Ithaca: Cornell University Press.
- GLUCKMAN, Max
1963 - Gossip and Scandal. Current Anthropology, vol. 4, n° 3: 307-16.
- GRILLO, Ronald D (ed.)
1980 - "Nation" and "State" in Europe: Anthropological Perspectives. London: Academic Press.
- HAIR, P. E.
1978 - The Atlantic Slave Trade and Black Africa. London: Historical Association.
- HERZFELD, Michael
1986 - Of Definitions and Boundaries: the Status of Culture in the Culture of the State. In Chock, P. P. and Wyman, J. (eds.), Discourse and the Social Life of Meaning. Washington: Smithsonian Institution Press.
- JACKSON, Robert and ROSBERG, Carl
1985 - The Marginality of African States. In Carter, G. M. and O'Meara, P. (eds.), African Independence: The First Twenty Five Years. Bloomington: Indiana University Press.
- KEDOURIE, Elie
1960 - Nationalism. London: Hutchinson.
- KIHM, Alain
1980 - La Situation Linguistique en Casamance et Guinée-Bissau. Cahiers D'Etudes Africaines, vol. XX, n° 3: 369-86.
- KOHN, Hans
1944 - The Idea of Nationalism: a Study in its Origin and Background. New York: Macmillan.
- LEACH, Edmund R.
1965 - Political Systems of Highland Burma. Boston: Beacon Press.

- LIENHARDT, Peter
 1975 - The Interpretation of Rumour. In Beattie, J.H.M. and Lienhardt, R.G. (eds.), Studies in Social Anthropology: Essays in Memory of E.E. Evans-Pritchard. Oxford: Clarendon Press.
- LOPES, Carlos
 1982 - Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau. Lisboa: Edições 70.
 1987 - A Transição Histórica na Guiné-Bissau: do Movimento de Libertação Nacional ao Estado. Bissau: INEP.
- MARQUES GERALDES, Francisco A.
 1887 - Guiné Portuguesa. Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, vol. VIII, nº 8: 465-522.
- MARSHALL, T. H.
 1977 - Class, Citizenship and Social Development. Chicago: The University of Chicago Press.
- MAUSS, Marcel
 1972 - La Nacion. In Obras, vol III. Barcelona: Barral.
- MENEZES, Vitor Hugo de
 1928 - Resposta ao Qustionário de Inquérito sobre as Raças da Guiné e seus Caracteres Étnicos. Boletim Oficial da Guiné Portuguesa, nº 3: 1-23.
- NARDIN, Jean-Claude
 1966 - Recherches sur les "Gourmets" d'Afrique Occidentale. Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer, nº 192/193: 215-44.
- NOLASCO DA SILVA, Maria da Graça G.
 1970 - Subsídios para o Estudo dos "Lançados" na Guiné. BCGP, vol. XXV, nº 97: 25-40, 98: 217-32, 99: 397-420, 100: 513-60.
- PELISSIER, René
 1989 - História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia, 1841-1936, 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa.
- PETERSON Warren A. and GIST, Noel P.
 1951 - Rumor and Public Opinion. The American Journal of Sociology, vol. LVII, nº 2: 159-67.
- POULANTZAS, Nicos
 1980 - O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal.
- RAMOS, Alcida R.
 1979 - Rumor: The Ideology of an Inter-Tribal Situation. Antropologica, nº 51: 3-25.

- RODNEY, Walter
1970 - A History of the Upper Guinea Coast, 1545 to 1800. New York: Monthly Review Press.
- SANTOS, Américo R. e SILVA, Alfredo
1987 - Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos: Directrizes Fundamentais. Lisboa: CESO.
- SENNA BARCELLOS, Christiano
1911 - Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, parte V. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SHACK, William A. and SKINNER, Elliot P. (eds.)
1979 - Strangers in African Societies. Berkeley: University of California Press.
- SHAFER, Boyd C.
1955 - Nationalism: Myth and Reality. London: Victor Gollanez.
- SILVA, Artur Augusto da
1960 - Usos e Costumes jurídicos dos Felupes da Guiné. BCGP, vol. XV, nº 57: 7-52.
- SMITH, Antony D.
1979 - Nationalism in the Twentieth Century. New York: New York University Press.
1983 - Theories of Nationalism. New York: Holmes & Meier Publishers.
- STANILAND, Martin
1986 - Democracy and Ethnocentrism. In Chabal, P. (ed.), Political Domination in Africa. Cambridge: Cambridge University Press.
- TABORDA, Antonio da C.
1950 - Apontamentos Etnográficos sobre os Felupes de Susana (2ª parte). BCGP, vol. V, nº 20: 511-61.
- TAVARES, Álvaro
1947 - Do Indigenato à Cidadania. BCGP, vol. II, nº 8: 853-65.
- TEIXEIRA, Antonio dos S.
1917 - As Perseguições Feitas a Antonio dos Santos Teixeira pelo Capitão João Teixeira Pinto. Lisboa.
- THOMAS, Louis-Vincent
1958-1959 - Les Diola. Essai d'Analyse Fonctionnelle sur une Population de Basse-Casamance, 2 vols. Dakar: Mémoires de l'Institut Français d'Afrique Noire.

VASCONCELOS, Loff de

1916 - A Defeza das Victimas da Guerra de Bissau: O Extermínio da Guiné.
Lisboa.

WEBER, Max

1978 - Economy and Society, 2 vols. Berkeley: University of California Press.

WILLIAMS, Brackette F.

1989 - "A Class Act": Anthropology and the Race to Nation Across Ethnic
Terrain. Annual Review of Anthropology, 18: 401-44.